

FUTURO SUSTENTÁVEL

Mudar Seis personalidades falaram ao Expresso sobre como podemos recuperar a economia de forma sustentável

Caminhos para uma saída “verde” da crise

26.04.2020 às 20h07



FOTO GETTY IMAGES

CARLA TOMÁS

Duas semanas depois de o ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, ter pedido a duas dezenas de personalidades portuguesas “que se pronunciassem sobre o modo como podemos valorizar as questões da sustentabilidade ambiental na saída da crise provocada pela covid-19”, ainda não se sabe a que conclusões chegou.

Na missiva dirigida a empresários, ambientalistas, cientistas e académicos, o ministro fez três perguntas relacionadas com a atual crise e as oportunidades para um futuro mais sustentável e uma “economia verde”. E assumiu que “há oportunidades para mudarmos o nosso modo de vida e construirmos uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais sustentável”.



VIDASUSTENTÁVEL

Nada muda se não mudarmos



Expresso

Iniciativa Durante 100 dias, o Expresso e a EDP trazem à terra o debate sobre o nosso futuro e o ambiente. Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Porque nada muda se não mudarmos

Em nova mensagem enviada esta semana, Matos Fernandes agradeceu os contributos dos especialistas, considerando-os “essenciais para a tarefa de alinhar as prioridades da política ambiental nos próximos meses”. Para já, diz ter “uma primeira versão do documento” para a discutir com os pares do Governo. E em entrevista ao “Público” (publicada no domingo passado) adiantou algumas das medidas do “plano de ação”, entre as quais o “phasing out dos benefícios fiscais associados aos combustíveis fósseis”, a importância dos mercados de proximidade para abastecimento alimentar, a aposta na mobilidade elétrica, a possibilidade de mais gente continuar em teletrabalho e a promessa de um “mercado de arrendamento de longa duração no centro das cidades”, tudo medidas que contribuem para reduzir deslocações e, assim, emissões de gases de efeito de estufa e que coincidem com várias das propostas que recebeu.

Enquanto o “plano de ação” para uma saída mais sustentável da crise se mantém no segredo dos corredores do Ministério do Ambiente e de São Bento, o Expresso procurou perceber junto de seis dos especialistas contactados pelo ministro que ideias têm para um futuro mais “verde”.

O professor de Filosofia Viriato Soromenho Marques, o presidente da ZERO Francisco Ferreira, a especialista em energia e alterações climáticas Júlia Seixas, o geógrafo e ex-secretário de Estado do Ordenamento João Ferrão, o presidente da Confederação dos Empresários Portugueses (CIP) António Saraiva e o presidente da EDP António Mexia foram os seis a responder ao Expresso. Todos defendem uma “economia mais sustentável” perante a emergência climática e o conjunto de ameaças por esta potenciadas, como secas, inundações, incêndios, ondas de calor e outros fenómenos extremos a que Portugal é particularmente vulnerável. Alguns dos caminhos traçados para enfrentar estes cenários e futuras pandemias aproximam-se. Outros nem por isso.

“Recuperar o serviço militar obrigatório para defender as áreas protegidas e a floresta”

Viriato Soromenho Marques, filósofo

“Esta é a grande oportunidade de operar uma verdadeira destruição criadora, ecologicamente orientada”, sublinha o professor de Filosofia e ambientalista. Viriato Soromenho Marques apela a “um vasto consenso nacional” que permita desenhar uma “Estratégia Nacional de Sustentabilidade e Resiliência, liderada pelo Estado e por políticas

públicas que não fiquem rendidas aos interesses das grandes multinacionais, movidas pela maximização dos lucros”. O filósofo defende que o Estado deve “recuperar o pleno controlo sobre a TAP e a ANA”; e que a construção do anunciado aeroporto no Montijo “deve ser afastada em definitivo”. Também gostaria de ver o fim do regime dos vistos gold, que classifica como “um disfarce para a lavagem de dinheiro com impacte especulativo no território”. Para o filósofo, “a economia verde não pode ser encarada como um sector paralelo e concorrente ao da economia dita normal”. Por isso, por exemplo, os apoios públicos às empresas “devem seguir critérios de sustentabilidade e excluir as que têm uma gigantesca pegada ecológica” e deve acabar-se com os privilégios fiscais aos combustíveis fósseis. Aumentar a capacidade de Portugal alimentar a sua população com uma agricultura sustentável, protegendo solos agrícolas e lançando “uma nova política de colonização interna, voltada para a diminuição das monoculturas desordenadas”, é outra das suas propostas. Já para reforçar a defesa das áreas protegidas, sugere o regresso do serviço militar obrigatório, que permitirá “mobilizar recursos humanos para fazer face à multiplicação de riscos e de eventos extremos”.

“Deve-se penalizar a aviação, aplicando IVA a 23% nos bilhetes de avião” Francisco Ferreira, ambientalista

Para o presidente da ZERO, “é necessário potenciar os avanços conseguidos nos últimos anos nas áreas das energias renováveis, da mobilidade sustentável, da agroecologia, do repensar produtos mais duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis”. O ambientalista aposta no Pacto Ecológico Europeu “como elemento central para a construção de uma nova União Europeia, solidária, transparente, justa e em equilíbrio com a nossa base natural”. E lembra que “os compromissos de redução de emissões para 2030 e de neutralidade carbónica para 2050” são para manter. Entre as medidas propostas, defende ainda uma economia de base mais local e nacional, ao nível agrícola e industrial; aproveitar a nova realidade digital das reuniões virtuais e do teletrabalho para reduzir viagens e emissões poluentes; e ter em conta o impacto ambiental das empresas quando se aprovam empréstimos e investimentos. Na reabilitação urbana, propõe que se aposte na eficiência energética e no aproveitamento de energias renováveis; e no sector dos transportes que “se promovam os veículos 100% elétricos, se reforcem os transportes coletivos”. Considera ainda que “se deve penalizar a aviação, aplicando IVA a 23% nos bilhetes de avião, e para reduzir o recurso à aviação é crucial avançar com soluções de alta velocidade nas ligações Norte-Sul e Portugal-Espanha, com ligação ao resto da Europa”.

“É preciso terminar com os subsídios diretos e indiretos a todos os combustíveis fósseis”

Júlia Seixas, engenheira do ambiente

A especialista em energia e alterações climáticas defende que, “estando a economia portuguesa assente esmagadoramente em pequenas e médias empresas, deve apostar-se na valorização distribuída, em detrimento de grandes empresas”. Sendo a economia também “aberta à inovação”, advoga que “isso deve ser aproveitado para levar os consumidores a adotarem comportamentos novos, consumindo menos e sobretudo produtos e serviços com menos impacto ambiental”. Para se promover emprego e desenvolvimento local aposta na “valorização dos recursos endógenos, sejam eles energéticos, hídricos ou a nossa paisagem e biodiversidade”. Também o caminho para uma

transição energética 100% renovável exige, em seu entender, “terminar com os subsídios diretos e indiretos a todos os combustíveis fósseis”, nomeadamente os que beneficiam as companhias de aviação. Já a agricultura deve “estar assente em processos naturais que permitam produzir alimentos de elevada qualidade, sem recurso a químicos e com baixa pegada hídrica e carbónica, a preços aceitáveis para todos”. Já no sector do turismo gostava de ver “alterado o atual paradigma, assente em modelos de usufruto curto e empacotado, para um modelo de maior duração com menos viagens de avião”. A especialista em energia também aponta a importância de “investimento maciço em eficiência energética e uso de renováveis nos edifícios e nos processos industriais de PME”.

“Apostar numa agricultura de produção local”

João Ferrão, geógrafo

“Esta crise vai representar o fim de um ciclo, associado a um determinado paradigma de desenvolvimento e crescimento, e dar início a um outro ciclo de contornos ainda indefinidos”, afirma João Ferrão. O especialista em geografia humana espera que as pessoas percebam que “o progresso e a prosperidade terão de ir muito além das questões de ordem material e dos interesses de âmbito individual, visando o conceito de bem viver alargado”. Entre as medidas que aponta para este novo ciclo, o ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território defende uma “regulação adequada dos usos e tipos de ocupação do solo, sobretudo em áreas sob forte pressão imobiliária e turística”; uma “nova fiscalidade verde, que não se resume a mais impostos e taxas”; e a criação de “uma maior resiliência do território, fortalecendo a rede de áreas protegidas”, que nos fornecem água e outros serviços essenciais. A aposta numa “agricultura regenerativa, de produção local e circuitos curtos de abastecimento alimentar”, é, em seu entender, o caminho para garantir “a segurança e a soberania alimentar”. João Ferrão defende ainda “uma transição energética justa e que beneficie a economia e a sociedade, criando emprego e reduzindo a fatura energética do país”, ao mesmo tempo que melhora a saúde das populações e a qualidade do ar.

“Não podemos continuar a consumir matérias-primas como se estas fossem um recurso infinito”

António Saraiva, empresário

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) não tem dúvidas de que esta crise “revelou a dimensão da nossa enorme fragilidade” e que a “recuperação económica que se segue tem de ser seguramente mais verde”. O empresário lembra que “não podemos continuar a consumir matérias-primas como se estas fossem um recurso infinito”. Pensando “na aldeia global em que vivemos”, defende que “todos, seja na China ou nos EUA, têm de respeitar as regras da aldeia”. E, quando fala de regras, fala também das ambientais. Argumentando que “é preciso dar tempo às empresas para se adaptarem depois da crise”, António Saraiva defende que “esta crise também veio demonstrar-nos a importância de defender a produção nacional”. E espera que “a Europa apresente uma estratégia de reindustrialização que não nos deixe tão dependentes de outros”. Na perspetiva do empresário, “vamos assistir a um novo conceito de globalização”.

“A componente climática deve estar no centro do programa de recuperação económica”

António Mexia, gestor

“A crise gerada pela atual pandemia veio sublinhar, de forma violenta, a importância de um modelo de desenvolvimento económico e social sustentável e a importância acrescida da resiliência institucional sobre a eficiência de curto prazo”, diz o presidente executivo da EDP. Para António Mexia, “este momento deve ser visto como uma oportunidade para consagrar o combate a duas crises — a climática e a económica — de uma forma integrada”. Por isso, considera “crítico planear e implementar estratégias tendentes a uma maior resiliência económica e ambiental, como componente essencial da recuperação económica”, na qual “governos, companhias, indivíduos e sociedade civil terão um papel fundamental”. Entre as propostas avançadas estão “a consagração da componente climática no centro do programa de recuperação económica, em termos de geração renovável, redes inteligentes num contexto da indispensável eletrificação, da maior eficiência dos edifícios, descarbonização da indústria e das cadeias de transporte e logística”. Mas a seguir argumenta que “há que garantir a revisão da carga fiscal e incentivos, privilegiando critérios ambientais, sociais e de governação corporativa nas decisões de investimento, discriminando positivamente os agentes económicos que demonstrem estarem empenhados numa sociedade mais transparente e sustentável e focando a estratégia de I&D em projetos que fomentem a referida economia sustentável”.